

**Agro Indústrias do Vale do São
Francisco S.A. - AGROVALE**

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo
em 31 de Dezembro de 2017 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
Agro Indústrias do Vale do São Francisco S.A. - AGROVALE

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Agro Indústrias do Vale do São Francisco S.A. - AGROVALE ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Agro Indústrias do Vale do São Francisco S.A. - AGROVALE em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

a) Reconhecimento de receita

Em virtude da relevância da receita líquida nas demonstrações financeiras da Companhia, bem como dos processos que suportam seu reconhecimento, existem alguns riscos a serem endereçados, a saber: (i) o risco inerente de que a receita seja reconhecida sem que sejam atendidos todos os critérios mínimos necessários para seu reconhecimento; e (ii) o risco presumido de reconhecimento de receita sem que haja um racional ou justificativa condizente com o curso normal dos negócios da Companhia. Devido a isso, consideramos o reconhecimento da receita como um dos principais assuntos de auditoria.

Dessa forma, nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) obtenção do entendimento sobre o fluxo de reconhecimento de receitas considerando a natureza da receita, entre outros; (ii) avaliação do desenho e da implementação dos controles internos relevantes determinados pela Administração sobre o reconhecimento de receitas; (iii) execução de cálculos globais e seleção de transações de vendas ao longo do exercício com base em amostragem estatística e confronto com os respectivos documentos suporte para verificar se representavam receitas válidas e condizentes com o curso normal dos negócios da Companhia; (iv) análise das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras..

Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados relacionados ao reconhecimento da receita, e nas evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes, entendemos que os critérios de reconhecimento de receita adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 2.12, são aceitáveis, no contexto das demonstrações tomadas em conjunto.

b) Mensuração do valor justo dos ativos biológicos

Conforme nota explicativa nº 7 às demonstrações financeiras, a Companhia mensura o valor justo dos custos de plantio e de formação das lavouras de cana-de-açúcar através de um modelo de fluxo de caixa descontado, que leva em consideração diversas premissas e julgamentos da administração, tais como preço de mercado futuro da cana-de-açúcar, taxa de desconto, plano de colheita e volume de produção. Variações nas premissas ou nas técnicas de avaliação utilizadas podem produzir estimativas de valor justo significativamente diferentes, com impacto no resultado do exercício. Devido a isso, consideramos o a mensuração do valor justo do ativo biológico como um dos principais assuntos de auditoria.

Dessa forma, nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) obtenção de entendimento sobre o fluxo de mensuração e contabilização do ativo biológico considerando as premissas significativas utilizadas pela Administração; (ii) envolvimento de nossos especialistas na avaliação da metodologia de cálculo e taxa de desconto adotada; (iii) avaliação da razoabilidade das premissas significativas adotadas pela Administração na mensuração do valor justo dos ativos biológicos; e (iv) análise das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras.

Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados relacionados sobre a mensuração do valor justo dos ativos biológicos, e nas evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes, entendemos que os critérios e premissas adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas nº 2.7 e nº 7, são aceitáveis, no contexto das demonstrações tomadas em conjunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

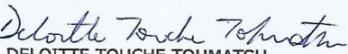
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

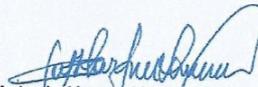
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Salvador, 13 de abril de 2018


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" PE


Antonio Marcos Lima Dutra
Contador
CRC nº 1 BA 021440/O-8

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVOS	Nota	31/12/2017	31/12/2016	PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	31/12/2017	31/12/2016
	explicativa				explicativa		
CIRCULANTES				CIRCULANTES			
Caixa e equivalentes de caixa	3	22.201	12.160	Fornecedores	11	20.887	16.726
Aplicações Financeiras	4	-	1.569	Empréstimos e financiamentos	12	95.297	55.734
Contas a receber de clientes	5	11.702	7.178	Obrigações sociais		8.318	7.191
Estoques	6	89.527	54.457	Obrigações tributárias	13	1.201	8.751
Ativo biológico	7	59.105	57.765	Parcelamentos fiscais	14	4.138	4.256
Tributos a recuperar	8	21.985	35.624	Adiantamento de clientes	15	22.786	13.070
Outros créditos		8.309	4.681	Dividendos a pagar		8.167	6.934
Total dos ativos circulantes		<u>212.829</u>	<u>173.434</u>	Outras contas a pagar		<u>2.515</u>	<u>411</u>
				Total dos passivos circulantes		<u>163.309</u>	<u>113.073</u>
NÃO CIRCULANTES				NÃO CIRCULANTES			
Aplicações financeiras	4	4.316	218	Empréstimos e financiamentos	12	170.046	157.719
Títulos e valores mobiliários	9	70.769	63.214	Parcelamentos fiscais	14	26.947	29.177
Depósitos judiciais		2.387	3.803	Outras contas a pagar		4.086	4.074
Partes relacionadas	22	7.770	7.260	Tributos diferidos	21	44.373	48.048
Investimentos		333	-	Provisão para riscos fiscais e trabalhistas	16	33.966	34.139
Imobilizado	10	402.144	388.212	Total dos passivos não circulantes		<u>279.418</u>	<u>273.157</u>
Total dos ativos não circulantes		<u>487.719</u>	<u>462.707</u>				
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO	17		
				Capital social		52.681	52.681
				Reservas de capital		3.439	3.439
				Reservas de reavaliação		93.099	94.929
				Reservas de lucros		108.602	98.862
				Total do patrimônio líquido		<u>257.821</u>	<u>249.911</u>
TOTAL DOS ATIVOS		<u><u>700.548</u></u>	<u><u>636.141</u></u>	TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u><u>700.548</u></u>	<u><u>636.141</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AGRO INDÚSTRIAS DO VALE DO SÃO FRANCISCO S.A. - AGROVALE

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação)

	Nota explicativa	31/12/2017	31/12/2016
RECEITA LÍQUIDA	18	258.902	290.982
Perda decorrente de mudança de valor justo dos ativos biológicos	7	(7.424)	(1.116)
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	19	(186.171)	(199.430)
LUCRO BRUTO		<u>65.307</u>	<u>90.436</u>
DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas gerais e administrativas	19	(42.332)	(40.811)
Despesas comerciais	19	(5.350)	(5.845)
Outras - líquidas	19	3.660	4.157
Total		<u>(44.022)</u>	<u>(42.499)</u>
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>21.285</u>	<u>47.937</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	20	10.839	18.132
Despesas financeiras	20	(22.783)	(29.923)
Total		<u>(11.944)</u>	<u>(11.791)</u>
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>9.341</u>	<u>36.146</u>
Imposto de renda e contribuição social - correntes		(7.473)	(14.386)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos		3.675	2.394
Incentivos fiscais		3.637	7.471
Total	21	<u>(161)</u>	<u>(4.521)</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>9.180</u>	<u>31.625</u>
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO - R\$		<u>0,1743</u>	<u>0,6003</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AGRO INDÚSTRIAS DO VALE DO SÃO FRANCISCO S.A. - AGROVALE

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	9.180	31.625
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>9.180</u>	<u>31.625</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de capital	Reserva de reavaliação	Reservas de Lucros			Lucros acumulados	Total
					Legal	Incentivos fiscais	Retenção de lucros		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		52.681	3.439	96.758	4.405	41.814	30.467	-	229.564
Realização da reserva de reavaliação, líquida dos tributos diferidos	17	-	-	(1.829)	-	-	1.829	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	31.625	31.625
Constituição de reserva legal	17	-	-	-	1.581	-	-	(1.581)	-
Constituição de reserva de incentivos fiscais	24	-	-	-	-	7.471	-	(7.471)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	17	-	-	-	-	-	-	(5.643)	(5.643)
Constituição de reserva de retenção de lucros		-	-	-	-	-	16.930	(16.930)	-
Dividendos	17	-	-	-	-	-	(5.635)	-	(5.635)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		52.681	3.439	94.929	5.986	49.285	43.591	-	249.911
Realização da reserva de reavaliação, líquida dos tributos diferidos	17	-	-	(1.830)	-	-	1.830	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	9.180	9.180
Constituição de reserva legal	17	-	-	-	459	-	-	(459)	-
Constituição de reserva de incentivos fiscais	24	-	-	-	-	3.637	-	(3.637)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	17	-	-	-	-	-	-	(1.270)	(1.270)
Constituição de reserva de retenção de lucros		-	-	-	-	-	3.814	(3.814)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		52.681	3.439	93.099	6.445	52.922	49.235	-	257.821

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AGRO INDÚSTRIAS DO VALE DO SÃO FRANCISCO S.A. - AGROVALE

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2017	31/12/2016
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		9.180	31.625
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciações	10	36.584	36.237
Resultado na alienação de ativo imobilizado	19	119	(263)
Colheita de ativos biológicos	7	182.801	172.912
Perda decorrente de mudança de valor justo dos ativos biológicos	7	7.424	1.116
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5	185	1.380
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos	12	17.854	24.465
Encargos financeiros sobre parcelamentos	14	1.702	2.664
Provisão para perdas em estoques	6	491	797
Rendimento de títulos e valores mobiliários e aplicações financeiras		(10.084)	(12.253)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(3.675)	(2.394)
Provisão para riscos trabalhistas e fiscais	16	(173)	(2.126)
Redução (aumento) nos ativos operacionais:			
Contas a receber		(4.709)	2.924
Estoques		(35.561)	(20.618)
Tributos a recuperar		13.639	(3.670)
Outros créditos		(3.628)	(1.173)
Depósitos judiciais		1.416	2.406
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		4.161	4.558
Tributos a recolher		(3.525)	7.378
Obrigações sociais		1.127	1.370
Parcelamentos fiscais	14	(4.050)	(3.789)
Adiantamento de clientes		9.716	(1.600)
Outras contas a pagar		2.116	(524)
Outros fluxos de caixa das atividades operacionais:			
Juros sobre empréstimos pagos	12	(12.938)	(17.934)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(4.025)	(7.910)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		<u>206.147</u>	<u>215.578</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Baixa (aquisição) de investimentos		(333)	6
Formação de ativos biológicos	7	(191.565)	(180.039)
Aquisição de imobilizado	10	(51.948)	(35.566)
Alienação de imobilizado		1.313	2.599
Caixa aplicado nas atividades de investimento		<u>(242.533)</u>	<u>(213.000)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Captação de empréstimos e financiamentos	12	120.124	51.740
Amortização de empréstimos e financiamentos	12	(73.150)	(90.657)
Empresas ligadas		(510)	4.346
Pagamento de dividendos		(37)	(5.990)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		<u>46.427</u>	<u>(40.561)</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>10.041</u>	<u>(37.983)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3	12.160	50.143
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	3	22.201	12.160
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>10.041</u>	<u>(37.983)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AGRO INDÚSTRIAS DO VALE DO SÃO FRANCISCO S.A. - AGROVALE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Agro Indústrias do Vale do São Francisco S.A – AGROVALE. (“Companhia” ou “Agrovale”), é uma sociedade anônima de capital fechado, CNPJ 13.642.699/0001-35, fundada em 19 de setembro de 1972, tem sede em Juazeiro-BA, e possui como atividade social a exploração agrícola, fabricação e o comércio de açúcar, etanol e a cogeração e comercialização de energia elétrica. A Agrovale tem como controladora a Mandacarú Comercial Ltda. com sede em Juazeiro-BA.

Produção e Sazonalidade

A totalidade da cana-de-açúcar utilizada na fabricação dos produtos é proveniente de lavouras próprias da Agrovale. O plantio de cana-de-açúcar é realizado no período de abril a novembro e requer aproximadamente 14 meses para maturação e início da primeira colheita.

Situada na região do Vale do São Francisco, a lavoura de cana-de-açúcar da Agrovale é 100% irrigada, garantindo uma safra sem dependências das situações climáticas.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, os pronunciamentos, as orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações que incorporam as alterações trazidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto para o ativo biológico o qual está mensurado a valor justo, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (“moeda funcional”).

A Administração da Companhia definiu a moeda corrente do Brasil, o real (R\$), como sua “Moeda Funcional”, sendo esta premissa utilizada na preparação das demonstrações financeiras.

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia na elaboração das demonstrações financeiras são as seguintes:

2.4. Instrumentos financeiros

2.4.1. Ativos financeiros

Os ativos financeiros mantidos pela Companhia, quando aplicável, são classificados sob as seguintes categorias: (a) ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de resultado; (b) ativos financeiros mantidos até o vencimento; (c) ativos financeiros disponíveis para venda; e (d) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados.

No caso da Companhia os ativos financeiros compreendem:

- Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes de remensuração são reconhecidos no resultado.

- Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação, para serem mantidos até a data do vencimento, os quais são mensurados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos de acordo com os prazos e as condições contratuais, menos eventual perda por valor recuperável, quando aplicável.

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, compreendem os saldos em aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários, conforme demonstrado nas notas explicativas no 4 e no 9.

- Empréstimos e recebíveis

São incluídos nesta classificação os ativos financeiros não derivativos, com recebimentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor do custo amortizado utilizando-se o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

Compreendem:

Caixa e equivalentes de caixa

Estão representados por caixa, contas bancárias disponíveis e aplicações financeiras de liquidez imediata que são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera como equivalentes de caixa aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

Contas a receber

São registradas com base nos valores nominais desses créditos, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos até a data do balanço, ajustadas por provisão para créditos de liquidação duvidosa, constituída com base na avaliação individual dos devedores quanto à possibilidade de liquidação, na experiência passada e nas negociações em andamento.

Os montantes a receber não requerem ajuste a valor presente por não contemplar juros embutidos.

2.4.2. Deterioração de ativos financeiros

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual deterioração de ativos ("impairment"). São considerados deteriorados quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado o fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

2.4.3. Passivos financeiros

Os passivos financeiros da Companhia são substancialmente representados por fornecedores e empréstimos e financiamentos. Estão demonstrados pelos valores de contratação e, quando aplicável, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização ou cambial incorridos.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período.

2.5. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor.

Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma:

- Matérias primas: custo de aquisição segundo o custo médio, líquido dos impostos compensáveis quando aplicável; e valor justo dos ativos biológicos na data do corte, líquido dos custos de venda.
- Produtos acabados e em elaboração: custo dos materiais diretos e mão de obra e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal.
- Almoxarifado: custo de aquisição segundo o custo médio, que não excede o custo de reposição, os quais são baixados como custo da produção por ocasião do consumo ou obsolescência.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda.

Quando necessário, os estoques são deduzidos de provisão para perdas, constituída em casos de desvalorização, obsolescência de produtos e perdas de inventário físico.

2.6. Impostos sobre o lucro

2.6.1. Impostos correntes

Quando da existência de lucros tributáveis, as provisões para imposto de renda e contribuição social são constituídas às alíquotas de 15% (quinze por cento), mais adicional de 10% (dez por cento), e 9% (nove por cento), respectivamente, sobre o lucro tributável, ajustado pelas adições e exclusões admitidas.

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício que difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas alíquotas vigentes no final do exercício.

Os adiantamentos de imposto de renda e de contribuição social efetuados durante o exercício são registrados no ativo circulante, e são compensados com o imposto de renda e a contribuição a pagar registrados no passivo circulante.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 24, a Companhia goza de incentivos fiscais. Quando da existência de lucros, a parcela do incentivo fiscal é reconhecida no resultado do período e ao final do exercício social é destinada a uma reserva de lucros - incentivos fiscais, a partir da conta de lucros acumulados.

2.6.2. Impostos diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável.

Os impostos diferidos ativos e passivos são mensurados com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício no qual se espera que seja liquidado/realizado.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado ou diretamente no patrimônio líquido.

2.7. Ativos biológicos

Correspondem à plantação de cana-de-açúcar na região do Vale do São Francisco (Juazeiro-BA). Os ativos biológicos são mensurados ao valor justo, deduzido dos custos necessários para colocar o produto em condição de venda, exceto em relação às plantas portadoras, as quais são mensuradas pelo custo de formação dos canaviais, deduzido de amortização e perda por redução ao valor recuperável acumulado, quando necessário. A amortização das plantas portadoras é reconhecida com base na vida útil estimada para exaustão dos canaviais.

As premissas significativas na determinação do valor justo dos ativos biológicos estão demonstradas na nota explicativa nº 7.

A avaliação dos ativos biológicos é feita anualmente pela Companhia sendo o ganho ou a perda na variação do valor justo reconhecido no resultado do exercício em que ocorrem, na rubrica Ganho (perda) decorrente de mudança de valor justo dos ativos biológicos. O aumento ou a diminuição no valor justo é determinado pela variação entre os valores justos dos ativos biológicos no início e no fim do exercício.

2.8. Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável ("impairment") acumulados, quando aplicável.

O custo abrange o preço de aquisição, os juros incorridos no financiamento de imobilizado durante a construção e todos os outros custos diretamente relacionados ao transporte do ativo imobilizado até o local e sua colocação em condições de operação na forma pretendida pela Administração.

A depreciação dos ativos inicia-se quando estão prontos para uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. É reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo, pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e imobilizações em andamento que não sofrem depreciação). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final de cada balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. As taxas anuais de depreciação estão mencionadas na nota explicativa nº 10.

A baixa de um item do imobilizado ocorre após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultante do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas decorrentes de alienações são determinados pela comparação com o valor contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado na conta "Outras (despesas) receitas operacionais- líquidas".

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o exercício em que são incorridos.

As lavouras de cana (soqueiras) são consideradas plantas portadoras nos termos do CPC 29 (Ativo Biológico) e CPC 27 (Ativo imobilizado) e são registradas pelo custo menos depreciação acumulada e "impairment". Sua depreciação é calculada com base na colheita e considera a vida útil das lavouras que, em média, geram 10 cortes para as áreas irrigadas por sistemas de gotejamento e 6 cortes para as áreas irrigadas por sistemas de sulcos.

2.9. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros ("impairment")

Os bens do imobilizado e outros ativos não circulantes são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, ocorrendo perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse o valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor líquido de venda do ativo, esta é reconhecida no resultado do exercício.

2.10. Provisões

2.10.1. Geral

As provisões são reconhecidas para toda obrigação presente (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for praticamente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

2.10.2. Provisões para riscos

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. As provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.11. Demais ativos e passivos

Os demais ativos e passivos, classificados no circulante e não circulante, obedecem ao prazo de realização ou de exigibilidade. Esses demais ativos e passivos estão apresentados pelo valor de custo ou realização e por valor conhecido e calculável, respectivamente, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, os encargos e variações monetárias e cambiais.

2.12. Apuração do resultado e reconhecimento de receita

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais concedidos ao comprador e outras deduções similares, se houver.

2.12.1. Vendas de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas:

- A Companhia transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos;

- A Companhia não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos;
- O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade;
- É provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia; e
- Os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

2.12.2 Demais receitas

As demais receitas, despesas e custos são reconhecidos quando incorridos e/ou realizados de acordo com o regime de competência. O resultado inclui os rendimentos, os encargos e as variações monetárias e cambiais, a índices e taxas oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos circulantes e não circulantes e, quando aplicável, os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de realização.

2.13. Lucro líquido por ação

O lucro líquido por ação é calculado por meio da divisão do lucro líquido do exercício atribuído aos detentores de ações da Companhia pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o exercício.

2.14. Julgamentos e estimativas

Na elaboração das demonstrações financeiras, é necessário utilizar estimativas para se contabilizar certos ativos, passivos, receitas e despesas e respectivas divulgações nas notas explicativas. As principais estimativas utilizadas referem-se a: seleção de vida útil dos ativos imobilizado, provisões necessárias para riscos, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para perdas em estoques, avaliação dos ativos biológicos a valor justo, premissas de recuperação do valor residual do imobilizado e outras similares.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

2.15. Normas, alterações e interpretações existentes que não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia

As normas e interpretações emitidas, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia são abaixo apresentadas. A Administração da Companhia está analisando o impacto destas normas sobre suas demonstrações financeiras.

Pronunciamento ou interpretação	Descrição
Alterações à IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (em vigor para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018)	A IFRS 9 é a primeira norma emitida como parte de um processo mais amplo para substituir a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 retém, mas simplifica, o modelo de mensuração combinada e estabelece duas categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado e valor justo. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. A orientação na IAS 39 sobre o "impairment" de ativos financeiros e contabilização de "hedge" continua aplicável.
IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes (em vigor para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018)	A IFRS 15 substitui a IAS 18, IFRIC 13 e SIC 31 (CPC 30 (R1)), IAS 11 (CPC 17 (R1)), IFRIC 15 (ICPC 02) e IFRIC 18 (ICPC 11). A IFRS 15 especifica como e quando uma entidade reconhecerá receitas decorrentes de contratos e relacionamentos com clientes e exige que essas entidades forneçam divulgações mais detalhadas e relevantes para os usuários das demonstrações financeiras. Essa norma estabelece em um único documento princípios de reconhecimento aplicável a todos os tipos de receitas de contratos e/ou relacionamento com os clientes.
IFRS 16 - Arrendamentos (em vigor para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019)	<p>A IFRS 16 fornece um modelo abrangente para a identificação de contratos de arrendamento e seu tratamento nas demonstrações financeiras de arrendatários e arrendadores. Ela substituirá as seguintes Norma e Interpretações quando estiver em vigor:</p> <ul style="list-style-type: none"> - IAS 17 - Arrendamentos. - IFRIC 4 - Determinação se um Acordo Contém Arrendamento. - SIC-15 - Arrendamentos Operacionais – Incentivos. - SIC-27 - Avaliação da Essência das Transações Envolvendo a Forma Legal de Um Arrendamento.

Pronunciamento ou interpretação	Descrição
Alterações à IFRS 2 Classificação e Mensuração de Transações de Pagamento Baseado em Ações (em vigor para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018)	<p>As alterações esclarecem o seguinte:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Ao estimar o valor justo de um pagamento baseado em ações liquidado à vista, a contabilização dos efeitos das condições de aquisição e de não aquisição de direito devem seguir a mesma abordagem de pagamentos baseados em ações liquidados em ações. 2. Se uma lei ou regulamento fiscal requer que uma entidade retenha um número específico de instrumentos de patrimônio igual ao valor monetário da obrigação fiscal do funcionário para atender ao passivo fiscal do funcionário que é remetido para a autoridade fiscal (normalmente em dinheiro), ou seja, o acordo de pagamento baseado em ações tem uma "característica de liquidação pelo valor líquido", esse acordo deve ser totalmente classificado como um pagamento liquidado em ações, desde que o pagamento baseado em ações tenha sido classificado como liquidado em ações, mas não incluído na característica de liquidação pelo valor líquido. 3. Uma modificação de um pagamento baseado em ações que muda a transação de liquidada à vista para liquidada em ações deve ser contabilizada da seguinte forma: <ol style="list-style-type: none"> (i) o passivo original é baixado; (ii) o pagamento baseado em ações e liquidado em ações é reconhecido ao valor justo do instrumento de patrimônio na data da modificação, na medida em que os serviços tenham sido executados até a data de modificação; e (iii) qualquer diferença entre o valor contábil do passivo na data da modificação e o valor reconhecido no patrimônio líquido deve ser imediatamente reconhecido no resultado.

<p>Alterações à IFRS 10 e IAS 28 Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Controlada em Conjunto (em vigor para exercícios iniciados a partir de uma data a ser determinada)</p>	<p>As alterações tratam de situações em que há uma venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou controlada em conjunto. IAS 28 e IFRS 10</p>
---	---

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Caixa e bancos - conta movimento	2.297	2.189
Aplicações financeiras	<u>19.904</u>	<u>9.971</u>
Total	<u>22.201</u>	<u>12.160</u>

As aplicações referem-se a CDB – Certificado de Depósito Bancário remuneradas a taxas que variam de 92% a 100% do CDI – Certificado de Depósitos Interbancários.

As informações das aplicações financeiras estão a seguir detalhadas:

<u>Instituição financeira</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Banco Santander S.A.	8.268	2.230
Banco Brasil S.A.	-	1.020
Banco ABC Brasil S.A.	37	-
Banco do Nordeste S.A.	8.006	5.117
Banco Pan S.A.	-	503
Banco Safra	1.070	-
Banco Bradesco S.A.	318	49
Caixa Econômica Federal	<u>2.205</u>	<u>1.052</u>
Total	<u>19.904</u>	<u>9.971</u>

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

<u>Instituição financeira</u>	<u>Tipo de aplicação</u>	<u>Rendimento</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Aplicações financeiras vinculadas	CDB	100% do CDI	4.170	1.569
Aplicações Financeiras			<u>146</u>	<u>218</u>
Total			<u>4.316</u>	<u>1.787</u>
Circulante			-	1.569
Não circulante			4.316	218

As aplicações financeiras vinculadas classificadas como mantidas até o vencimento são utilizadas como garantia a contratos de empréstimos e financiamentos. As aplicações referem-se a CDB – Certificado de Depósito Bancário remuneradas a taxas que variam de 100% a 100,8% do CDI – Certificado de Depósitos Interbancários.

5. CONTAS A RECEBER

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Duplicatas a receber	13.267	8.558
(-) provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(1.565)</u>	<u>(1.380)</u>
Total	<u>11.702</u>	<u>7.178</u>

A seguir, estão demonstrados os saldos de contas a receber por idade de vencimento

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
A vencer	7.765	6.457
Vencidos até 30 dias	3.072	498
Vencidos de 31 até 60 dias	833	109
Vencidos de 61 até 90 dias	4	26
Vencidos de 91 até 180 dias	28	88
Vencidos há mais de 180 dias	<u>1.565</u>	<u>1.380</u>
Total	<u>13.267</u>	<u>8.558</u>

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída para os recebíveis vencidos há mais de 180 dias.

A movimentação do saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa é apresentada a seguir

Saldo em 31 de dezembro de 2015	-
Adições	(1.380)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(1.380)
Adições	(185)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>(1.565)</u>

6. ESTOQUES

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Produtos acabados	71.917	38.946
Almoxarifado	18.238	16.308
Outros	660	-
(-) Provisão para perdas	<u>(1.288)</u>	<u>(797)</u>
Total	<u>89.527</u>	<u>54.457</u>

O critério para constituição para perdas no almoxarifado considera os itens sem movimentação há mais de 360 dias, com exceção dos itens dos grupos classificados como estratégicos ou críticos que por sua importância são considerados vitais para as atividades da organização. A movimentação desta provisão está a seguir apresentada:

Saldo em 31 de dezembro de 2015	-
Adições	(797)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(797)
Adições	(491)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>(1.288)</u>

7. ATIVO BIOLÓGICO

Representa o cultivo e plantio de cana-de-açúcar para abastecimento de matéria-prima na produção de açúcar e álcool. O saldo do ativo biológico reflete os custos de plantio e de formação das lavouras, subsequentemente ajustadas a valor justo.

A variação do ativo biológico é como segue:

Ativo biológico em 31 de dezembro de 2015	51.754
Acréscimos relativos à plantação	180.039
Amortização devido à colheita	(172.912)
Perda decorrente de mudança de valor justo dos ativos biológicos	<u>(1.116)</u>
Ativo biológico em 31 de dezembro de 2016	57.765
Acréscimos relativos à plantação	191.565
Amortização devido à colheita	(182.801)
Perda decorrente de mudança de valor justo dos ativos biológicos	<u>(7.424)</u>
Ativo biológico em 31 de dezembro de 2017	<u>59.105</u>

Principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo

A avaliação do ativo biológico ao valor justo considera certas estimativas, tais como: preço de mercado futuro da cana-de-açúcar, taxa de desconto, plano de colheita e volume de produção, as quais estão sujeitas a incertezas, podendo gerar efeitos nos resultados futuros em decorrência de variações. O quadro a seguir demonstra resumidamente os principais parâmetros considerados no cálculo do valor justo do ativo biológico:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Área estimada de colheita (hectares)	15.880	16.408
Produtividade média prevista (toneladas de cana /hectare)	107,48	103,96
Quantidade de açúcar total recuperável - ATR por tonelada de cana (em kg)	134,19	134,23
Valor do kg de ATR (em R\$)	0,8543	0,8632

Além dos aspectos citados acima, para a determinação do valor justo das lavouras de cana-de-açúcar, foram utilizadas as seguintes premissas:

- A metodologia utilizada na mensuração do valor justo é baseada na projeção do fluxo de caixa, considerando a quantidade de cana-de-açúcar a ser colhida, estimada de acordo com a produtividade esperada da lavoura, e os respectivos preços estimados da cana-de-açúcar.
- A produtividade é calculada por área de plantação, em que cada uma possui especificidades em relação a solo, material genético, clima, etc. O conjunto destas características, com base em dados históricos, é determinante para a estimativa da produtividade;
- Saídas de caixa são representadas pela estimativa de (i) custos necessários para que ocorra a transformação biológica da cana-de-açúcar (tratos culturais); (ii) custos com corte, carregamento e transporte (CCT); (iii) custos de capital (custo da parceria agrícola e de máquinas e equipamentos); e (iv) impostos incidentes sobre a produção;
- Os custos de plantação são apurados com base no histórico de custos da Companhia. Os custos de terra própria são calculados com base em índices de custo de arrendamento na região Nordeste;
- A taxa de desconto corresponde ao custo médio ponderado do capital ("WACC" do original em inglês "Weighted Average Cost of Capital"). O WACC é uma taxa de desconto comumente utilizada na determinação do valor presente de ativos. Para o cálculo da WACC, foram utilizados a taxa de risco e o perfil de endividamento do setor de açúcar e álcool no Brasil. O WACC utilizado no cálculo do ativo biológico calculado pelo método de fluxo de caixa descontado foi de 5,32% a.a. (2016: 8,07% a.a.), líquido de impostos;
- As variações no valor justo das lavouras de cana-de-açúcar são registradas na rubrica "Ativo Biológico" no ativo circulante e têm como contrapartida a conta de "Ganho (perda) decorrente de mudança de valor justo dos ativos biológicos", no resultado do exercício; e
- O modelo de projeção de fluxo de caixa e as premissas utilizadas na determinação do valor justo total do ativo biológico representam a melhor estimativa da Administração na data das demonstrações financeiras e são revisados anualmente e, quando necessário, ajustados.

8. TRIBUTOS A RECUPERAR

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
ICMS a recuperar	6.950	15.063
PIS e COFINS	13.802	19.769
IRPJ e CSLL	1.072	634
Outros	<u>161</u>	<u>158</u>
Total	<u>21.985</u>	<u>35.624</u>

9. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

<u>Aplicação financeira</u>	<u>Tipo</u>	<u>Rendimento</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
CTN Bando Bradesco	CTN	IGP-M	47.869	42.963
CTN Banco do Nordeste	CTN	IGP-M	<u>22.900</u>	<u>20.251</u>
Total			<u>70.769</u>	<u>63.214</u>

Refere-se a Certificados do Tesouro Nacional - CTN adquiridos nos exercícios de 2000 e 2003 para manutenção de garantia de Contrato de Confissão de Dívida celebrado entre a Companhia e os Banco do Nordeste e Banco Bradesco e ajustado pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado IGP-M, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas.

Em março de 2003, a Empresa aderiu ao Plano Especial de Saneamento de Ativos - PESA (securitização) para os referidos contratos de confissão de dívida (ver nota explicativa nº-12).

10. IMOBILIZADO

	Taxa média ponderada de depreciação % a.a.	31/12/2017		31/12/2016	
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos		114.532	-	114.532	114.532
Edificações	4,13%	207.536	(110.221)	97.315	101.405
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	15,77%	130.068	(78.073)	51.995	43.896
Veículos, máquinas e instalações agrícolas	19,00%	55.905	(37.202)	18.702	17.413
Móveis, utensílios e Instalações	15,15%	1.582	(908)	674	611
Obras em Andamento		4.760	-	4.760	1.817
Planta portadora (soqueira)	14,09%	226.489	(112.387)	114.102	108.452
Outros	21,46%	<u>366</u>	<u>(302)</u>	<u>64</u>	<u>86</u>
Total		<u>741.238</u>	<u>(339.093)</u>	<u>402.144</u>	<u>388.212</u>

As soqueiras (lavouras de cana) correspondem às plantas portadoras que são exclusivamente utilizadas para cultivar a cana de açúcar. A cana de açúcar é classificada como cultura permanente, cujo ciclo produtivo economicamente viável tem, em média, 10 cortes para as áreas irrigadas por sistemas de gotejamento e 6 cortes para as áreas irrigadas por sistemas de sulcos.

A seguir, apresentamos a movimentação do imobilizado:

	Terrenos	Edificações	Máquinas, equipamentos e instalações industriais	Veículos, máquinas e instalações agrícolas	Móveis, utensílios e instalações	Obras em andamento	Soqueira	Outros	Total
Saldos em 31/12/2015	114.532	101.606	25.716	8.528	758	22.113	116.950	1.016	391.219
Adições	-	3.637	2.982	8.895	75	2.529	17.211	237	35.566
Baixas	-	(260)	(281)	(36)	(131)	(499)	-	(1.129)	(2.336)
Depreciação	-	(4.488)	(5.749)	(162)	(91)	-	(25.709)	(38)	(36.237)
Transferências	-	910	21.228	188	-	(22.326)	-	-	-
Saldos em 31/12/2016	114.532	101.405	43.896	17.413	611	1.817	108.452	86	388.212
Adições	-	457	14.565	2.493	168	4.258	30.005	1	51.948
Baixas	-	-	(62)	(55)	-	(1.315)	-	-	(1.432)
Depreciação	-	(4.547)	(6.404)	(1.149)	(105)	-	(24.355)	(23)	(36.584)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2017	114.532	97.315	51.995	18.702	674	4.760	114.102	64	402.144

Perdas pela não recuperabilidade de imobilizado ("impairment")

A Companhia realizou a análise dos indicativos de "impairment" estabelecidos pelo CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos, e não identificou indícios de que o valor líquido contábil do ativo imobilizado seja superior ao valor de realização.

11. FORNECEDORES

	31/12/2017	31/12/2016
Fornecedores de materiais	19.268	15.530
Fornecedores de serviços	1.619	1.196
Total	20.887	16.726

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Tipo	Taxa média	31/12/2017	31/12/2016
Capital de giro	10,78% a.a.- CDI - SELIC	155.858	99.050
Finame	7,97% a.a.	12.543	16.946
Securitização	IGPM + 9,7% a.a.	96.942	97.457
Total		265.343	213.453
Circulante		95.297	55.734
Não Circulante		170.046	157.719

As operações de empréstimos e financiamentos estão garantidas por hipoteca de bens móveis e imóveis, certificados do tesouro nacional, aplicações financeiras e penhor agrícola.

Não há compromissos por índices financeiros (covenants) nos contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia.

Os contratos de empréstimos mantidos preveem vencimento antecipado das dívidas caso:

- Deixar de cumprir com as obrigações financeiras dos empréstimos;
- Sofrer protesto de dívida líquida e certa ou sofrer medida ou evento que afete as garantias ou os direitos dos contratos;
- Tiver sua falência ou insolvência decretada ou propuser plano de recuperação extrajudicial ou judicial.

A seguir está apresentada a movimentação dos empréstimos e financiamentos:

Saldo em 31 de dezembro de 2015	245.839
Captação de empréstimos e financiamentos	51.740
Encargos	24.465
Pagamento de principal	(90.657)
Pagamento de juros	(17.934)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>213.453</u>
Captação de empréstimos e financiamentos	120.124
Encargos	17.854
Pagamento de principal	(73.150)
Pagamento de juros	(12.938)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>265.343</u>

Os montantes de longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	<u>31/12/2017</u>
2019	25.670
2020	67.948
2021	9.456
2022	15.847
2023	12.878
2024	26.204
2030	<u>12.043</u>
Total	<u>170.046</u>

13. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido	-	7.313
INSS sobre faturamento	671	631
Imposto de renda retido na fonte	451	725
Impostos retidos	<u>79</u>	<u>82</u>
Total	<u>1.201</u>	<u>8.751</u>

14. PARCELAMENTOS FISCAIS

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Parcelamentos Lei nº 11.941/2009	<u>31.085</u>	<u>33.433</u>
Circulante	4.138	4.256
Não circulante	26.947	29.177

A Companhia aderiu ao parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/09, que trouxe a possibilidade de liquidar, ou parcelar em até 180 meses, os débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e os débitos para com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

A movimentação desses parcelamentos está a seguir apresentada:

Saldo em 31 de dezembro de 2015	34.558
Amortização	(3.789)
Atualização monetária	<u>2.664</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	33.433
Amortização	(4.050)
Atualização monetária	<u>1.702</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>31.085</u>

15. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Adiantamentos de Clientes	22.786	13.070

Referem-se aos principais clientes de açúcar da Companhia, os quais possuem a prática comercial de efetuarem adiantamentos para posterior recebimento dos produtos.

16. PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS E TRABALHISTAS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a provisão para riscos fiscais e trabalhistas apresentava a seguinte composição:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Riscos trabalhistas	4.398	4.662
Riscos fiscais	<u>29.568</u>	<u>29.477</u>
Total	<u>33.966</u>	<u>34.139</u>

Riscos trabalhistas

Referem-se a reclamações trabalhistas cujos principais pedidos são: horas extras, horas "in itinere", supressão do intervalo intrajornada, adicional de periculosidade e adicional de insalubridade. O montante provisionado reflete a estimativa de perda nos processos existentes contra a Companhia, apresentada e analisada pelos assessores jurídicos

Riscos fiscais

Referem-se a:

- (a) Créditos de Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, vendidos para terceiros no montante de R\$22.584;
- (b) Auto de Infração de IRPJ e CSLL lavrado pela Receitas Federal do Brasil referente ao ano calendário de 2009 sendo objeto de contestação administrativa, no montante R\$3.080;
- (c) Auto de infração lavrado pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em anos anteriores no montante de R\$3.904, objeto de contestação judicial.

Contingências passivas

A Companhia é parte integrante em diversas ações de natureza fiscal, trabalhista e cível no montante aproximado de R\$20.071, cuja probabilidade de perda está classificada pelos assessores jurídicos como possível, não sendo portanto, necessária a constituição de provisão para eventuais perdas.

A movimentação da provisão para riscos trabalhistas e fiscais é apresentada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2015	36.265
Atualização	51
Reversões	<u>(2.177)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	34.139
Atualização	90
Reversões	<u>(263)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>33.966</u>

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 é composto por 52.680.801 ações, com valor nominal de R\$1,00 cada, assim distribuídas:

<u>Tipo</u>	<u>Classe</u>	<u>Quantidade</u>	<u>%</u>	<u>Valor</u>
Ordinárias		29.053.880	55,15%	29.054
Preferenciais	"A"	797.558	1,51%	798
Preferenciais	"B"	11.128.345	21,12%	11.128
Preferenciais	"C"	<u>11.701.018</u>	<u>22,21%</u>	<u>11.701</u>
Total		<u>52.680.801</u>	<u>100%</u>	<u>52.681</u>

Reserva legal e de retenção de lucros

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

A reserva de retenção de lucros é constituída com saldos remanescentes de lucros acumulados, com a finalidade de atender ao plano de crescimento da Companhia.

Direito das ações

As ações preferenciais não têm direito a voto e gozam das seguintes vantagens:

- Prioridade na distribuição de um dividendo mínimo, não cumulativo, de 8% ao ano, sobre o valor nominal ou 25% sobre o lucro, prevalecendo o maior valor;
- Prioridade no reembolso do capital pelo valor nominal da ação;
- Participação, em igualdade de condições com as ações ordinárias, nos aumentos de capital decorrentes da incorporação de reservas e lucros ou distribuição de fundos disponíveis.

Dividendos

O dividendo apurado em relação ao exercício de 2017 segue abaixo apresentado:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Lucro líquido do exercício	9.180	31.625
(-) Reserva legal (5%)	(459)	(1.581)
(-) Reserva de incentivos fiscais	<u>(3.637)</u>	<u>(7.471)</u>
Base para determinação dos dividendos	<u>5.084</u>	<u>22.573</u>
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	<u>1.270</u>	<u>5.643</u>

Conforme ata da Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de junho de 2016, a Companhia distribuiu dividendos adicionais no montante de R\$ 5.635 referente ao exercício de 2015 os quais foram pagos em 2016.

Movimentação:

Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.646
Adição	11.278
Pagamentos	(5.990)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	6.934
Adição	1.270
Pagamentos	(37)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>8.167</u>

Reserva de reavaliação

Representada pelos incrementos no ativo imobilizado, líquido dos impostos diferidos, decorrente das reavaliações do imobilizado da Companhia (Terrenos e Edifícios) efetuadas nos exercícios de 2000 e 2006, mediante laudos de avaliação da empresa Sarubbi Engenharia de Avaliações Ltda. Sua realização é calculada pelo método linear, mediante a aplicação de taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

A movimentação da reserva de reavaliação está a seguir apresentada:

	Terrenos		Edificações		Total		
	Reavaliação	(-) Tributo	Reavaliação	(-) Tributo	Reavaliação	(-) Tributo	Líquido
Saldo em 31 de dezembro 2015	76.453	(25.994)	70.150	(23.851)	146.603	(49.845)	96.758
(-) Realização	-	-	(2.771)	942	(2.771)	942	(1.829)
Saldo em 31 de dezembro 2016	<u>76.453</u>	<u>(25.994)</u>	<u>67.379</u>	<u>(22.909)</u>	<u>143.832</u>	<u>(48.903)</u>	<u>94.929</u>
(-) Realização	-	-	(2.771)	942	(2.771)	941	(1.830)
Saldo em 31 de dezembro 2017	<u>76.453</u>	<u>(25.994)</u>	<u>64.608</u>	<u>(21.967)</u>	<u>141.061</u>	<u>(47.962)</u>	<u>93.099</u>

18. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Receita bruta de vendas	277.950	300.482
Deduções da receita bruta		
PIS	(1.134)	(52)
COFINS	(5.217)	(242)
ICMS	(13.486)	(31.877)
Incentivos fiscais - ICMS	9.939	31.927
INSS	(7.892)	(8.533)
Outras	(1.258)	(723)
Receita líquida de vendas	<u>258.902</u>	<u>290.982</u>

19. INFORMAÇÕES SOBRE A NATUREZA DAS DESPESAS RECONHECIDAS NO RESULTADO

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado estão apresentadas a seguir:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
<u>Natureza:</u>		
Insumos e gastos gerais de fabricação	(34.139)	(46.442)
Despesas com pessoal	(115.435)	(118.482)
Peças e serviços de manutenção	(7.425)	(2.196)
Serviços prestados	(9.864)	(11.785)
Depreciação	(36.584)	(36.237)
Manutenções	(3.098)	(1.460)
Energia Elétrica	(8.840)	(6.844)
Processos trabalhistas e cíveis	(3.653)	(4.198)
Aluguéis	(5.417)	(6.254)
Provisões diversas	(486)	(1.380)
Impostos e taxas diversos	(713)	(1.727)
Despesas com vendas	(5.350)	(5.845)
Consultoria e assessoria	(2.426)	(1.447)
Cota Americana	3.841	2.389
Resultado na alienação de ativo imobilizado	119	263
Outras despesas	(723)	(284)
Total	<u>(230.193)</u>	<u>(241.929)</u>
<u>Classificados como:</u>		
Custo dos produtos vendidos	(186.171)	(199.430)
Despesas gerais e administrativas	(42.332)	(40.811)
Despesas comerciais	(5.350)	(5.845)
Outras - líquidas	3.660	4.157
Total	<u>(230.193)</u>	<u>(241.929)</u>

20. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
<u>Receitas financeiras</u>		
Receita de aplicações financeiras	2.211	3.252
Variações monetárias ativas	8.246	14.296
Descontos obtidos	135	324
Outras	247	260
Subtotal	<u>10.839</u>	<u>18.132</u>
<u>Despesas financeiras</u>		
Juros passivos	(16.972)	(21.915)
Descontos concedidos	(572)	(613)
Variações monetárias passivas	(3.864)	(6.601)
Outras	(1.375)	(794)
Subtotal	<u>(22.783)</u>	<u>(29.923)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(11.944)</u>	<u>(11.791)</u>

21. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

Despesa de Imposto de renda e contribuição social

As despesas do imposto de renda e de contribuição social referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 estão reconciliadas às alíquotas nominais, como segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	9.341	36.146
Alíquota nominal - %	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social nominais	(3.176)	(12.290)

Efeito do imposto de renda e da contribuição social sobre diferenças permanentes:

Multas indedutíveis	(23)	(88)
Brindes e doações	(48)	(39)
Outras despesas indedutíveis	<u>(551)</u>	<u>425</u>
Total antes do incentivo fiscal	<u>(3.798)</u>	<u>(11.992)</u>

Incentivo fiscal - SUDENE	3.637	7.471
Total do imposto de renda e da contribuição social	<u>(161)</u>	<u>(4.521)</u>

Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Administração da Companhia adotou como prática o reconhecimento dos efeitos contábeis sobre os ativos e passivos diferidos, decorrentes de diferenças temporárias, conforme exigido pelo CPC 32.

As provisões foram calculadas a razão de 15% e adicional de 10% sobre a base de cálculo diferida para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

A composição das provisões para imposto de renda e contribuição social diferidas está apresentada a seguir:

31/12/2017 31/12/2016

ATIVO FISCAL DIFERIDO

IRPJ e CSLL diferidos sobre diferenças temporárias:

Provisão para créditos de liquidação duvidosa	532	469
Provisão para perdas no estoque	438	270
Valor justo do ativo biológico	2.307	-
Provisão para contingências trabalhistas	<u>1.495</u>	<u>1.585</u>
Total	<u>4.772</u>	<u>2.324</u>

PASSIVO FISCAL DIFERIDO

IRPJ e CSLL diferidos sobre diferenças temporárias:

Valor justo do ativo biológico	-	(217)
Diferença de taxas de depreciação	(1.185)	(1.252)
Reserva de reavaliação	<u>(47.960)</u>	<u>(48.903)</u>
Total	<u>(49.145)</u>	<u>(50.372)</u>

Efeito líquido	<u>(44.373)</u>	<u>(48.048)</u>
----------------	-----------------	-----------------

22. PARTES RELACIONADAS

	Ativo		Transações	
	Débitos com		Vendas	
	Empresas Ligadas			
	31/12/2017	31/12/2016	2017	2016
Mandacarú Comercial Ltda.	745	238	410	158
Mecanal Mecanização Contr e Adm Ltda.	6	6	-	-
Control administração e participações Ltda.	10	9	-	-
Termo Elétrica do Vale do São Francisco SA - TERMOVALE.	2	2	-	-
São Francisco administração e participações Ltda.	2	1	-	-
Diretores	38	37	-	-
Pessoa física	<u>6.967</u>	<u>6.967</u>	-	-
Total	<u>7.770</u>	<u>7.260</u>	<u>410</u>	<u>158</u>

Remuneração da Administração

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016 houve remuneração aos administradores no total de R\$5.925 a título de pró-labore.

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Categorias dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia foram classificados conforme as seguintes categorias:

	31/12/2017	31/12/2016
<u>ATIVOS FINANCEIROS</u>		
<u>Mantidos até o vencimento</u>		
Aplicações financeiras	4.316	1.787
Títulos e valores mobiliários	70.769	63.214
<u>Mensurados ao custo amortizável</u>		
Caixa e equivalentes de caixa	22.201	12.160
Contas a receber de clientes	11.702	7.178
Outros créditos	8.309	4.681
Partes relacionadas	7.770	7.260
<u>PASSIVOS FINANCEIROS</u>		
<u>Mensurados ao custo amortizável</u>		
Fornecedores	20.887	16.726
Empréstimos e financiamentos	265.343	213.453

A Companhia procedeu à avaliação dos valores de mercado de seus instrumentos financeiros nas datas-bases de 31 de dezembro de 2017 e de 2016. Essa avaliação não indica valores de mercado significativamente diferentes dos valores contábeis reconhecidos. Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação.

Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

Risco de crédito

Risco de crédito decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de seus clientes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas clientes e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de "rating".

Risco de taxa de juros

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros e indexadores, que aumentam as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado, ou diminuem a receita financeira relativa às aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários da Companhia. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer "hedge" contra este risco. Porém, a Companhia monitora continuamente as taxas de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Na data de encerramento do exercício, a Administração estimou cenários de variação no CDI, IGP-M e SELIC (taxas de juros e de inflação que mais impactam em suas operações). Para o cenário atual (contábil), foram utilizadas as taxas vigentes. Para o provável, foram utilizadas estimativas de mercado divulgadas nos relatórios emitidos pelo Banco Central do Brasil para o exercício de 2017. Essas taxas foram estressadas com aumento e redução em 25% e 50%, servindo de parâmetro para os testes de sensibilidade de cenários, conforme demonstrado abaixo:

<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Taxa</u> <u>Projetada</u>	<u>Saldo</u> <u>contábil</u>	<u>Cenário</u> <u>remoto I</u> <u>(-50%)</u>	<u>Cenário</u> <u>possível I</u> <u>(-25%)</u>	<u>Cenário</u> <u>Provável</u>	<u>Cenário</u> <u>possível II</u> <u>(+25%)</u>	<u>Cenário</u> <u>remoto II</u> <u>(+50%)</u>
Ativos:								
Aplicação financeira	CDI	6,89%	24.220	25.054	25.472	25.889	26.306	26.723
Títulos e valores mobiliários	IGP-M	6,89%	70.769	73.207	74.426	75.645	76.864	78.083
Passivos:								
Empréstimos e financiamentos								
Securitização	IGP- M	4,23%	96.942	98.992	100.017	101.043	102.068	103.093
Capital de giro	CDI	6,89%	34.039	35.212	35.798	36.384	36.971	37.557
Finame	SELIC	6,25%	3.533	3.643	3.699	3.754	3.809	3.864

Risco de taxa de câmbio

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas de flutuações nas taxas de câmbio que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos.

A Companhia não possui operações em moeda estrangeira, logo não existe impacto cambial em suas demonstrações financeiras.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é relacionado ao descasamento da estrutura de ativos e passivos com relação aos fluxos efetivos de recebimentos e pagamentos.

A Administração gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, da combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros e pela manutenção de próximo relacionamento com instituições financeiras, com frequente divulgação de informações para suportar decisões de crédito quando da necessidade de recursos externos.

24. INCENTIVOS FISCAIS

Os incentivos fiscais da Agrovale estão a seguir apresentados:

- Incentivo fiscal - SUDENE

Por estar localizada em área incentivada pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, a Companhia, para o período de 01/01/2013 a 31/12/2022, goza de incentivos fiscais com redução de 75% do imposto de renda não restituível, calculado sobre o lucro da exploração, referente a sua produção industrial de açúcar e energia.

No exercício de 2017, o montante do incentivo foi de R\$3.637 (2016: R\$7.471), registrado na rubrica de "Incentivos fiscais" na demonstração do resultado do exercício.

Por se tratar de incentivo para custeio, a parcela correspondente a estes incentivos é reconhecida na rubrica de "Reserva de lucros - incentivos fiscais" no patrimônio líquido e poderá ser usada para aumentar o capital social ou absorver prejuízos acumulados.

- Crédito presumido de ICMS

Acúcar

Na venda de açúcar, de acordo com o Decreto nº 13.780/2012 (RICMS-BA), art. 270, VII, o crédito presumido é calculado sobre o valor do imposto destacado nas operações da seguinte forma:

- i) 75,3% (setenta e cinco vírgula três por cento) nas operações internas;
- ii) 65% (sessenta e cinco por cento) nas operações interestaduais.

No exercício de 2017, o montante desse incentivo foi de R\$17.393 (2016: R\$17.685), registrado na rubrica de "Receita líquida".

Álcool

Na venda de álcool hidratado, de acordo com o Decreto nº 10.936/2008, art. 1º, I e II, o crédito presumido é calculado sobre o a base de cálculo da operação da seguinte forma:

- i) 14% (quatorze por cento) nas operações internas;
- ii) 7% (sete por cento) nas operações interestaduais.

Na venda de álcool anidro, de acordo com o Decreto nº 10.936/2008, art. 2º, I, o crédito presumido pode ser apurado nas saídas internas e interestaduais e é determinado pelo cálculo de R\$0,205 por litro efetivamente vendido.

Para usufruir do crédito presumido incidente sobre o Álcool, a Companhia precisou aderir aos seguintes condicionantes:

- a) Instalação de medidores eletrônicos de vazão para controle da produção, observado o disposto no § 2º;
- b) Emissão de Nota Fiscal Eletrônica nas operações que realizar, em substituição à emissão de Nota Fiscal modelo 1 ou 1-A;
- c) Não apropriação de quaisquer outros créditos fiscais vinculados à produção de AEHC ou de AEAC ou, ainda, da geração própria de energia;

- d) Não possuir débito para com a fazenda estadual, cuja exigibilidade não esteja suspensa;
- e) Cumprimento das legislações trabalhista e ambiental;
- f) Celebração de termo de acordo com a Secretaria da Fazenda, através da Coordenação de Petróleo e Combustíveis - COPEC.

No exercício de 2017, o valor do incentivo foi de R\$9.939 (2015: R\$14.242), registrado na rubrica de "Receita Líquida".

25. SEGUROS

As coberturas foram contratadas para cobrir eventuais sinistros nos ativos da Companhia, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. A seguir o detalhamento dos itens segurados e os respectivos valores das coberturas de seguros contratados pela Agrovale:

Tipo	Vigência		Riscos cobertos	Valor de cobertura
	Início	Fim		
Veículos	30/11/2017	30/11/2018	Colisão, Incêndio, roubo e furto, danos materiais a terceiros, danos corporais, danos morais, morte e invalidez.	50
Máquinas e Equipamentos	05/07/2017	05/07/2018	Danos elétricos, responsabilidade civil, roubos e furtos de bens.	358
Incêndio	22/03/2017	22/03/2018	Cobertura de incêndio no canavial de cana-de-açúcar.	2.885
Total				3.293

26. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 05 de fevereiro de 2018, a Companhia emitiu a 1ª emissão de debêntures da classe simples, não conversíveis em ações da espécie com garantia real e com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública com esforços restritos.

Foram emitidos 4.000 papéis com valor nominal de R\$ 10.000, totalizando R\$ 40.000.000, com vencimento para 26 de dezembro de 2022 e remuneração de 100% CDI + 2,5% a.a.

27. AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração aprovou as demonstrações financeiras e sua divulgação em 13 de abril de 2018.